



MRG RELATÓRIO E CONTAS 2010



Relatório e Contas 2010

1	INTRODUÇÃO	PÁGINA 4
2	ENVOLVENTE	PÁGINA 10
3	ACTIVIDADE DA EMPRESA EM 2010	PÁGINA 18
4	PERSPECTIVAS FUTURAS	PÁGINA 32
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	PÁGINA 36
6	NOTA FINAL	PÁGINA 42
7	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	PÁGINA 48
8	RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES E DO FISCAL ÚNICO	PÁGINA 78

INTRODUÇÃO

- 1.1 MENSAGEM DO PRESIDENTE
- 1.2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 1.3 ESTRUTURA ACCIONISTA
- 1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTATUTÁRIOS

1.1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas,

O exercício de 2010, como é consabido, desenvolveu-se em condições bastante adversas no que concerne não só à envolvente económica como também ao enquadramento sectorial.

O sector da construção civil e obras públicas vem, desde 2002 e de forma consecutiva, a perder importância em relação ao PIB com acentuado decréscimo da produção e destruição de milhares de postos de trabalho.

Não obstante as difíceis condições da envolvente económica e do enquadramento sectorial, a MRG registou um notável desempenho económico-financeiro como, aliás, o demonstram os principais indicadores. O volume de negócios registado no exercício situou-se em 113,5 milhões de Euros, o que traduz um crescimento de 32,7% em relação a 2009. O EBITDA registou um acréscimo na ordem dos 21,3%, quedando-se nos 6,3 milhões de Euros, em virtude das imparidades contabilizadas no exercício no montante de 2,4 milhões de Euros.

Durante o exercício de 2010, procedeu-se ao aperfeiçoamento do modelo de gestão, introduzindo alterações na estrutura orgânica, no sentido de garantir um acompanhamento mais atempado das oportunidades de negócio, de gerir eficientemente os projectos e as obras e de assegurar uma maior proximidade com os nossos Clientes e restantes Parceiros de negócio, antecipando tendências de mercado e evoluindo para um novo paradigma empresarial.

Face à situação do mercado nacional da construção civil e obras públicas e à sua evolução futura, não restam dúvidas de que a MRG terá de efectuar uma aposta decisiva na internacionalização, potenciando o seu know-how de engenharia e as suas competências diferenciais. Em função de estudos realizados, foram identificados os mercados do Brasil, de Angola e, pontualmente, de Moçambique. Têm vindo a ser dados passos seguros e graduais tendo em vista a instalação da MRG naqueles países, ao longo de 2011, privilegiando parcerias locais.

Uma decisão importante foi tomada em relação ao mercado argelino onde a MRG, através de uma subsidiária, teve uma permanência de quatro anos. Com efeito, em função dos resultados obtidos e das perspectivas de desenvolvimento, foi decidido encerrar a operação na Argélia, a partir de Janeiro de 2011.

No que concerne ao mercado doméstico, continuará a ser implemen-

tada uma estratégia de consolidação, privilegiando a mitigação dos riscos dos negócios, a dimensão crítica das obras e a obtenção de margens industriais em ordem a aumentar a posição competitiva da MRG.

Somos uma Empresa com reconhecido prestígio a nível nacional, com efectiva importância em termos regionais e pretendemos ser uma empresa de referência em outras geografias onde nos propomos estar presentes.

Termino com uma palavra de agradecimento e de esperança.

Um agradecimento muito especial aos Accionistas pela confiança depositada na Empresa e na gestão, aos Colaboradores pelo profissionalismo e dedicação, às Instituições Financeiras, aos Clientes e aos restantes Parceiros de negócio pelas condições que nos têm proporcionado e que, em larga medida, estão na origem do crescimento do volume de negócios e da rentabilidade dos capitais investidos, permitindo alcandorar a MRG a uma posição de relevo no ranking empresarial nacional, regional e sectorial.

Ainda um agradecimento aos restantes órgãos estatutários pelo constante acompanhamento da vida da Sociedade.

De esperança e crença nas competências de gestão e de engenharia da MRG, na continuada e renovada confiança dos Parceiros e Institucionais e na motivação, profissionalismo, zelo, dedicação dos Colaboradores. A conjugação de tais valências irá seguramente permitir superar as crescentes dificuldades que se farão sentir com grande acuidade ao longo de 2011 e atingir os objectivos fixados em matéria de crescimento e de rentabilidade.

Estou seguro de que a MRG está à altura das suas responsabilidades e dos desafios que o futuro encerra.

Coimbra, 16 de Maio de 2011



Fernando Gouveia

FERNANDO GOUVEIA

PCA MRG – Engenharia e Construção, S.A.

1.2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A MRG DETÉM PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES INSTRUMENTAIS, EMPRESAS ASSOCIADAS DE CAPITAL EXCLUSIVAMENTE PRIVADO E EM ENTIDADES DE CAPITAL PÚBLICO E PRIVADO, ONDE OS PARCEIROS SÃO MUNICÍPIOS OU EMPRESAS MUNICIPAIS.



1.3 ESTRUTURA ACCIONISTA



1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTATUTÁRIOS

Conselho de Administração

Presidente – Eng^o Fernando Manuel Rodrigues Gouveia
Vogal – Dr. Rodolfo Oliveira Gouveia
Vogal – Eng^o António Oliveira Simões Alfaiate
Vogal – Dr. Carlos Gomes Nogueira
Vogal – Eng^o Carlos Alberto Pires Cachorreiro

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente – Dr. Alfredo José Leal Castanheira Neves
Secretário – Dr^a Alda Cristina Esculcas Pereira

Fiscal Único

LCA – Leal, Carreira & Associados, SROC

Suplente do Fiscal Único

Dr. Fernando Jorge de Sá Pereira







2.1 ECONÓMICA

COM MAIOR INCIDÊNCIA NO 1º SEMESTRE DE 2010, ASSISTIU-SE A UMA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL, SOBRETUDO DOS PAÍSES ASIÁTICOS, QUE PERMITIU UMA MELHORIA DE DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS EUROPEIAS SUPTORTADA, PRINCIPALMENTE, PELO AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES.

Esta evolução traduziu-se num crescimento do PIB Europeu de 1,7%. De salientar que este crescimento foi impulsionado por alguns países (entre os quais a Alemanha, os Países Baixos e a Suécia), com assimetrias relevantes em relação aos restantes países da União Europeia, em particular os do Sul da Europa.

Como consequência do aumento do risco das dívidas soberanas de alguns países europeus verificou-se uma crescente dificuldade na obtenção de crédito nos mercados financeiros, com o correspondente aumento dos encargos na obtenção do mesmo, que resultou em políticas económicas de contenção orçamental.

Assistiu-se, ainda, a um acesso cada vez mais restrito ao financiamento no sector bancário, especialmente a nível empresarial.

Os dois principais factores que levaram a esta restrição do crédito às empresas e aos particulares foram, segundo o Banco Central, a "importância dada à deterioração das expectativas quanto à actividade económica em geral" e "a deterioração das condições de financiamento e restrições de balanço, bem como da posição de liquidez dos bancos".

Nas economias mais desenvolvidas, verificou-se em 2010 um fenómeno de taxa de inflação moderada (1,4%), não só pela manutenção de taxas de juro directoras baixas dos Bancos Centrais, como também pelo fraco nível de utilização da capacidade produtiva instalada.

Em 2010, a economia portuguesa, muito aberta ao exterior, beneficiou do crescimento verificado nas principais economias com o aumento de exportações de produtos mais tecnológicos.

Tal, a par do consumo público e do consumo privado, contribuiu para um crescimento do Produto Interno Bruto de 1,3%. Não obstante o crescimento registado, Portugal apresenta um dos desempenhos mais fracos entre os países da zona Euro e é mesmo muito forte a probabilidade de recessão em 2011.

Todavia, o desemprego manteve-se elevado, o investimento continuou a contribuir negativamente para o PIB, a inflação aumentou relativamente a 2009 e o défice público e a dívida pública mantêm-se anormalmente elevados.

2.2 SECTORIAL

COMO SE PREVIA, A CRISE FINANCEIRA GLOBAL CONTINUOU A MANIFESTAR-SE DE UMA FORMA PERSISTENTE, AFECTANDO SIGNIFICATIVAMENTE E DE MOLDE TRANSVERSAL TODOS OS MERCADOS, EM ESPECIAL O DA CONSTRUÇÃO QUE ATRAVESSA UMA DAS MAIORES CRISES DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, PROSEGUINDO UM CICLO NEGATIVO INUSITADAMENTE LONGO.

O vasto conjunto de medidas governamentais de apoio ao sistema financeiro e de estímulo à economia permitiu amenizar alguns cenários catastróficos, avançados no início da crise e mitigar os indícios pré-anunciados de comportamento da economia.

O ano de 2010, conforme confirmam a maioria dos indicadores disponíveis e representativos da conjuntura da Construção, foi muito desfavorável para o sector em todos os seus subsectores de actuação.

Para além da redução do número de Empresas em actividade e do aumento muito significativo do número de desempregados no sector, constata-se fortes retracções da actividade nos principais segmentos da Construção, denotando uma fraca taxa de utilização da capacidade instalada.

Na edificação residencial evidenciou-se, mais uma vez, uma quebra acentuada no número de fogos licenciados, após uma quebra de 40% em 2009. Nas obras públicas, verificou-se uma redução para cerca de metade do montante total de obra adjudicada quando comparado com 2009, agravando-se a situação nos últimos meses do ano.

De salientar, ainda nas Obras Públicas, o abrandamento do ritmo de produção dos trabalhos em curso, associado aos crónicos atrasos nos pagamentos.

O inquérito à actividade realizado pela Comissão Europeia e pela FEPICOP revelou um mercado pessimismo, quer no que se refere à actividade actual, quer quanto às perspectivas de evolução futura, o que confirma a convicção de que 2011 voltará a ser um ano muito difícil para a Construção em Portugal.

Os níveis de pessimismo dos empresários nacionais do sector são bem mais evidentes que dos seus homólogos Europeus, confirmando que a actual conjuntura se apresenta muito mais austera em Portugal do que, em média, nos restantes parceiros europeus.

Por outro lado, estamos agora num cenário onde as questões de controlo orçamental ressurgem na primeira linha das prioridades de política económica impondo, ainda mais, uma política de desinvestimento público.

A degradação dos saldos relativos à carteira de encomendas tem sido o factor que mais tem contribuído para o pessimismo empresarial, pois a forte redução de carteiras influencia determinadamente as perspectivas de actividade futura.

As carteiras de encomendas, no final de 2010, para as Empresas de Construção, de uma forma generalizada, estão em mínimos que nunca se tinham verificado desde 2000. A variação anual constatada, para o conjunto das Empresas de Construção em Portugal no final de 2010, foi negativa em 21,7% relativamente a 2009.

A situação de escassez de investimentos, originando uma redução drástica da quantidade de projectos e obras, ocasionou, por sua vez, um nível de concorrência muito agressiva.

A produção do sector da Construção voltou a registar um decréscimo de cerca de 6,5% e estima-se uma quebra de 5% em 2011.

Esta quebra, comum a todos os principais segmentos de actividade, atingiu uma redução acumulada de cerca de 35% desde 2002, claramente reveladora da difícil situação vivida pela generalidade dos agentes económicos ligados a este importante sector de actividade.

A consequência desta redução foi, e continua a ser, a diminuição do número de postos de trabalho.

O sector da Construção e do Imobiliário, em 2007, totalizava 820.000 trabalhadores, representando 22% do pessoal ao serviço das empresas não financeiras e 16% do emprego total.

Neste sector, a crise teve início em 2002 e, desde essa data, a perda de empregos ascende a 190.000 efectivos.

A ausência de recuperação e o seu arrastamento por um período de tempo muito prolongado, transformou esta crise numa crise sistémica e profunda que abrange a totalidade dos segmentos, ou seja, o habitacional, o da construção não residencial e o da engenharia civil.

A maioria das empresas do sector está ameaçada e com sérios problemas de sobrevivência no curto prazo, sem obras, sem liquidez, sem crédito, com atrasos nos recebimentos, a competir num mercado cujos preços de adjudicação tendem a ser anormalmente baixos e onde não existem perspectivas de uma rápida inversão da situação.

A desfavorável evolução da economia nacional e as incertezas quanto ao seu futuro, a par com os sucessivos decréscimos da produção da Construção, tem originado um clima de elevado pessimismo nos empresários do sector.

Em suma, os indicadores de produção, sofreram quebras em todos os segmentos de actividade do sector da Construção, quando

comparados com os valores observados um ano antes, sendo a mais intensa a registada no segmento das obras de engenharia civil, o que, naturalmente, faz antever um difícil e complexo ano de 2011.

Escola Básica 1º Ciclo + Jardim-de-Infância do Alto de Algés, Oeiras







ACTIVIDADE DA EMPRESA EM 2010

- 3.1 COMERCIAL
 - 3.1.1 Mercado Nacional
 - 3.1.2 Mercado Externo
- 3.2 PRODUÇÃO E CONTROLO DE PRODUÇÃO
- 3.3 DESEMPENHO FINANCEIRO
- 3.4 QUALIDADE E SEGURANÇA
- 3.5 RECURSOS HUMANOS



3.1 COMERCIAL

3.1.1 Mercado Nacional

A MRG, não obstante as enormes dificuldades sectoriais, conseguiu resistir e responder a condições de mercado extraordinariamente adversas, aumentando o valor médio das propostas apresentadas e investindo em estudos técnicos e comerciais mais complexos.

Apesar deste enquadramento desfavorável, o valor de obras adjudicadas durante o ano de 2010 foi de aproximadamente, 108,5 Milhões de Euros, garantindo os objectivos de produção do exercício e dando um contributo importante para a carteira de obras a executar em 2011.

Das obras adjudicadas destacam-se:

- Centro Educativo de Tábua;

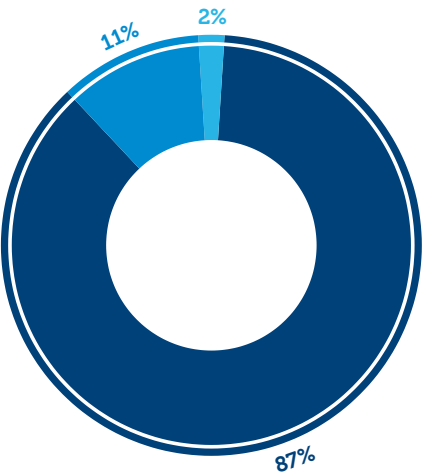
- Unidade de Cuidados Continuados de Pampilhosa da Serra;
- Centro Materno Infantil do Norte;
- Modernização do Troço Bombel / Vidigal, Évora;
- Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco;
- Expansão do Aterro Sanitário de Leiria - Célula B;
- Nova Ponte sobre o Rio Lima - Jolda;
- Lote 3EC2 do Parque Escolar – Estarreja e Sever do Vouga;

O Departamento Comercial apresentou, durante o ano, 153 propostas no valor global superior a 807.008.126,53 €, com uma taxa de sucesso de 13,45 % em valor.

VALOR DAS ADJUDICAÇÕES EM 2010

Áreas de Negócio	Valor (€)	%
Edifícios Residenciais [1]	2.596.000,00	2,00%
Edifícios Não Residenciais [2]	94.233.670,00	87,00%
Vias de Comunicação, Infra-estruturas e Ambiente [3]	11.743.847,00	11,00%
Total	108.573.516,00	100%

VALOR DAS ADJUDICAÇÕES TAXA DE CONTRIBUIÇÃO



[1] Edifícios Residenciais
[2] Edifícios não Residenciais
[3] Vias de Comunicação, Infra-estruturas e Ambiente

VALOR DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

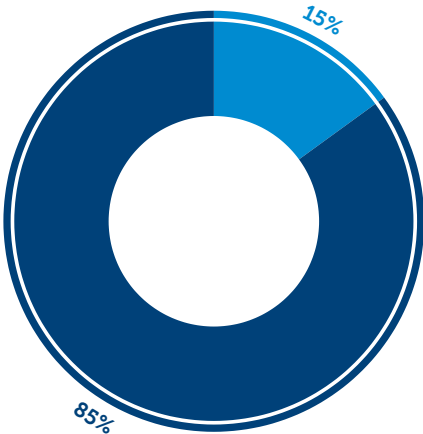
	Valor (€)	%
Propostas Públicas [1]	739.205.157,50	85,40%
Propostas Privadas [2]	117.857.056,10	14,60%
TOTAL	807.002.653,60	100,00%

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO VALOR DAS ADJUDICAÇÕES EM 2010

Valores arredondados

[1] Propostas Públicas

[2] Propostas Privadas



3.1.2 Mercado Externo

A MRG decidiu apostar nos Mercados Externos, prossequindo uma linha estratégica de expansão da actividade, com vista a compensar a constante retracção do Mercado Nacional.

Angola
A MRG tem vindo a desenvolver acções comerciais e de engenharia no mercado de construção e de obras públicas Angolano, no sentido de constituir parcerias e passar a ter uma participação activa no mesmo, mediante a concretização de projectos específicos de engenharia de média dimensão.

Argélia
A evolução registada neste mercado, após quatro anos de experiência, conduziu a uma decisão de desinvestimento.

Brasil
A MRG tem vindo a desenvolver intensas acções comerciais no mercado Brasileiro, no sentido de identificar oportunidades de negócio adequadas ao seu perfil de competências técnicas.

Foram, entretanto, identificadas empresas Brasileiras e desenvolvidos os estudos adequados, visando o estabelecimento de parcerias locais e, também, a aquisição de participações sociais qualificadas em empresas de engenharia e construção.

3.2 PRODUÇÃO E CONTROLO DE PRODUÇÃO

NÃO OBSTANTE AS ENORMES DIFICULDADES SECTORIAIS E A ESCASSEZ DE OBRAS, A MRG CONSOLIDOU O CRESCIMENTO DA SUA ACTIVIDADE EM LINHA COM OS ANOS ANTERIORES.

Actuando em todo o território nacional e em segmentos distintos, a Empresa posicionou-se essencialmente nos segmentos das Obras Públicas de Construção de Edifícios não Residenciais e de Engenharia.

A construção de edifícios e parques não residenciais representou cerca de 80 % do volume de negócios, destacando-se as empreitadas privadas com cerca de 38%, as quais têm vindo a reforçar o seu peso na actividade global, contrabalançando o decréscimo verificado no segmento das obras públicas.

Destas obras, poder-se-ão referir, como exemplo, o Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada, o Edifício da PT Inovação em Aveiro ou a Unidade de Saúde de Seia.

No segmento de obras públicas de construção civil destacam-se, pelo seu peso muito significativo, as obras da empresa Parque Escolar, E.P.E e especificamente as empreitadas de Requalificação da Escola Herculano de Carvalho e Rainha Dona Leonor, ambas em Lisboa e a Requalificação da Escola Acácio Calazans Duarte, na Marinha Grande.

No que concerne às obras de Engenharia, destacam-se as obras de Beneficiação do IC2 entre Leiria e Condeixa, a Variante a Arcos

de Valdevez e a Via de Entrada da Quinta dos Caliços, em Albufeira.

Os aperfeiçoamentos introduzidos no processo de preparação e de planeamento das obras permitiram um melhor nível de controlo de produção nas componentes de margens, prazos e qualidade.

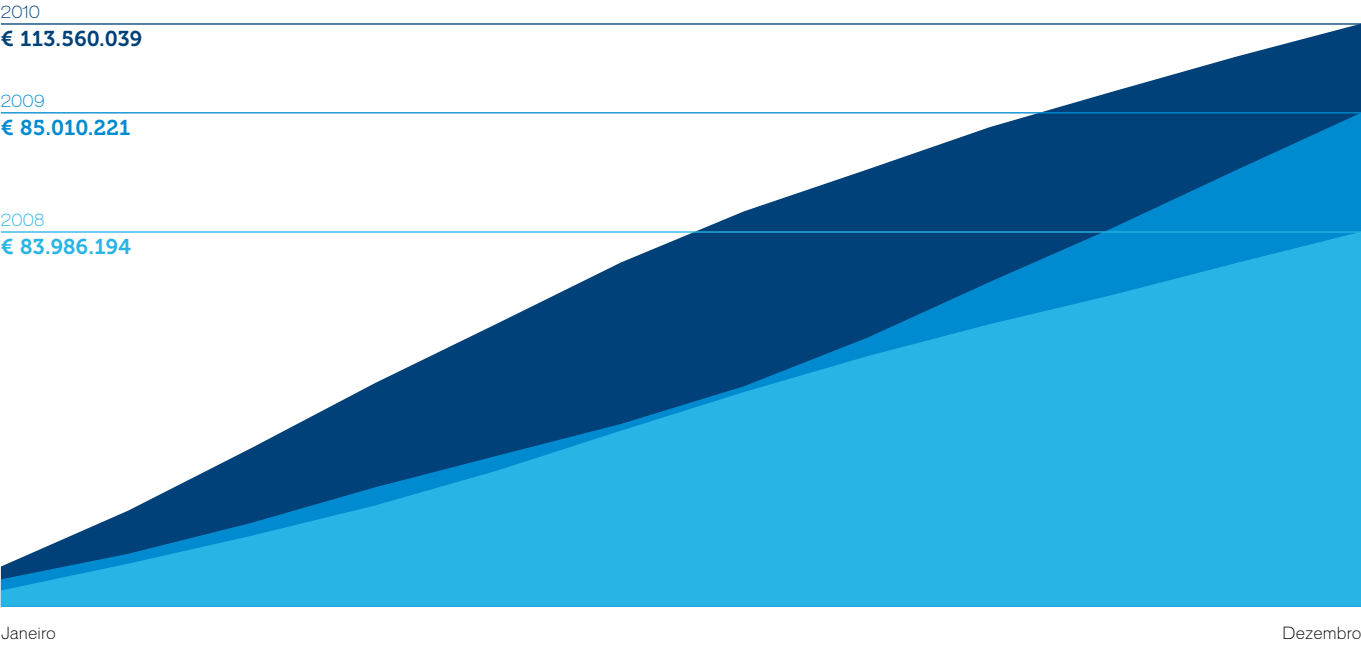
Os recursos alocados e consumidos na obra são rigorosamente controlados, são apurados os desvios em quantidade e valor e, tempestivamente, desencadeadas as medidas de gestão visando atingir os objectivos fixados em matéria de margens, prazos, especificações técnicas e qualidade. As ferramentas informáticas utilizadas são indispensáveis no processo de planeamento e de controlo de produção. Também o reforço das qualificações dos quadros se mostrou indispensável no acompanhamento da performance das obras.

Foi concebido, desenhado e implementado um exigente sistema de reporting que cobre todas as áreas críticas da Empresa e permite monitorar a actividade de forma integrada.

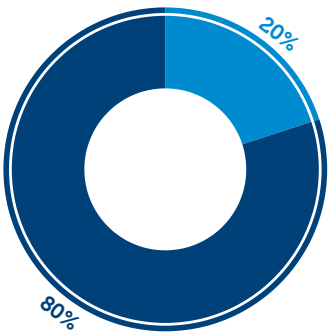
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

	2008	2009	2010
Produção (€)	83.986.194	85.010.221	113.560.039
Evolução	-	1,22%	33,58%

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS



ACTIVIDADE PRODUTIVA NOS PRINCIPAIS SEGMENTOS DA EMPRESA EM 2010



Edifícios
€ 77.722.860,00
Engenharia Civil
€ 19.577.903,00

3.3
DESEMPENHO FINANCEIRO

A EMPRESA, A AVALIAR PELO COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES, REGISTOU, NO EXERCÍCIO DE 2010, UMA ADEQUADA PERFORMANCE.

O Volume de Negócios registou uma evolução muito positiva de 32,71% em relação ao exercício anterior. Todavia, a margem operacional não cresceu proporcionalmente, já que o mercado, face à evolução sectorial caracterizada pela exiguidade de novas obras, exerceu uma forte pressão sobre os preços.

O EBITDA representou 5,55% sobre o Volume de Negócios, denotando uma queda em relação a 2009.

Para além da forte pressão sobre os preços de venda que o mercado tem vindo a exercer há, também, a registar a ocorrência de variáveis endógenas, representadas pelas imparidades relativas aos créditos

sobre a participada Intergreb e sobre outros activos financeiros, que totalizaram 2,4 milhões de Euros. Não fosse o impacto negativo das imparidades sobre o EBITDA, este teria registado uma expressão mais consentânea com a realidade económica da Empresa.

Do ponto de vista financeiro registou-se uma maior dificuldade na área de cobranças, fruto da falta de liquidez da economia e das dificuldades inerentes à obtenção de financiamentos bancários.

Não obstante, os ratios de liquidez geral, de autonomia financeira e de solvabilidade continuam a apresentar considerável robustez. Não é despicienda a questão do aumento do endividamento bancário que é explicada pelo crescimento dos créditos de curto prazo e pelo pagamento tempestivo a fornecedores e subempregados, situação que confere à MRG uma efectiva vantagem competitiva face à concorrência.

QUADRO DE INDICADORES

Descrição	2009	2010	Variação (%)
Volume de Negócios	€ 85,567,259.77	€ 113,560,038.94	32.71%
Activo Líquido Total	€ 79,041,381.12	€ 94,686,221.23	19.79%
Capitais Próprios	€ 31,003,352.25	€ 33,517,918.16	8.11%
Resultado Líquido do Exercício	€ 3,126,615.07	€ 3,214,281.60	2.80%
EBITDA	€ 5,195,947.04	€ 6,303,830.55	21.32%
Meios Libertos Totais	€ 8,496,091.42	€ 10,905,798.30	28.36%
EBITDA / Volume de Negócios	6.07%	5.55%	-8.58%
Rentabilidade das Vendas	5.63%	4.97%	-11.80%
Rentabilidade dos capitais Próprios	10.08%	9.59%	-4.91%
Rentabilidade do Activo Líquido Total	6.09%	5.96%	-2.29%
Liquidez Geral	1.69	1.62	-3.82%
Autonomia Financeira	39.22%	35.40%	-9.75%
Endividamento (Debt-to-Equity Ratio)	1.55	1.82	17.78%
Solvabilidade Total	64.54%	54.80%	-15.10%

3.4
QUALIDADE
E SEGURANÇA

A RELAÇÃO DA MRG COM OS SEUS CLIENTES, BASEOU-SE SEMPRE EM VALORES ESSENCIAIS QUE ESTÃO NO CENTRO DE UMA CULTURA EMPRESARIAL COM MAIS DE TRÊS DÉCADAS DE EXISTÊNCIA.

Esses valores traduzem-se pelo mais absoluto respeito pelo primado da satisfação das necessidades dos Clientes mediante a prossecução de uma política permanente de inovação, rigor e, naturalmente, pelo reforço da Qualidade e da Segurança.

Hoje, mais do que nunca, o ambiente empresarial em geral, e o sector da construção civil em particular, exige que as organizações adoptem exigentes padrões de qualidade e segurança.

A MRG, face à sua experiência no sector, ao seu sentido de responsabilidade empresarial e ao percurso que tem trilhado ao longo de 32 anos de existência, assumiu desde sempre que os factores dinâmicos de competitividade são fundamentais para a obtenção de bons resultados e que estes são originados por uma resposta cada vez mais eficaz às necessidades dos Clientes e à conjuntura do Mercado.

A Certificação dos Sistemas de Gestão, cujo processo se iniciou em 2004 e que teve o seu epílogo com a Certificação obtida em 30 de Março de 2006, para as actividades de “Construção, Recuperação e Remodelação de Obras e Edifícios, Obras Públicas, Infra-estruturas, Vias de Comunicação e Obras no Domínio Ambiental” foi, indiscutivelmente, uma mais-valia, ou seja, o reconhecimento e satisfação dos Clientes tendo como estratégia principal actuar preventivamente, promovendo confiança de fornecer de forma consistente e repetitiva, através da adequada gestão de processos e melhoria contínua, produtos e serviços em conformidade com a legislação e que suplantem os requisitos dos Clientes.

Assim, a MRG dispõe dos meios necessários para evidenciar a Qualidade do seu serviço e a Segurança dos seus Colaboradores, através da implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança que tem contribuído de forma inequívoca para a melhoria da imagem, o acesso a novos mercados e a redução de custos de funcionamento que decorrem da melhoria do desempenho operacional. Por outro lado, implantou-se uma nova cultura de sensibilização e motivação dos Colaboradores, orientada para a melhoria contínua e, obviamente, para a satisfação dos clientes e de todos os seus stakeholders. A 27 de Maio de 2008, prossequindo a política de melhoria contínua do Sistema de Gestão,

a MRG alcançou mais uma meta importante, com a extensão do âmbito de Certificação, de forma a integrar o requisito 7.3 – “Concepção e Desenvolvimento da norma de referência” (NP EN ISO 9001:2000).

O âmbito de Certificação da MRG passou a contemplar as actividades de “Concepção, Desenvolvimento, Construção, Recuperação e Remodelação de Obras de Edifícios, Obras Públicas, Infra-estruturas, Vias de Comunicação e Obras no Domínio Ambiental.”

Em 2007, iniciou o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Segurança, para assegurar resultados de acordo com os requisitos da norma de referência (OHSAS 18001), tendo obtido a respectiva certificação em Junho de 2009.

Hoje, a MRG, é certificada no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança (SIGQS) nos referenciais ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007, empenhando-se em contribuir, efectivamente, para a satisfação dos seus Clientes e diminuição dos riscos laborais, nomeadamente, de acidentes e doenças profissionais.

A área da Qualidade e Segurança da MRG, através de um corpo de técnicos qualificados, realiza um acompanhamento diário às obras em curso, bem como a todos os processos internos. Tem uma equipa auditora interna disponível para acompanhar a implementação do Sistema de Gestão nas obras, através da realização de visitas com carácter pedagógico e auditorias internas.

Para garantir a implementação do Sistema de Gestão nas restantes áreas da Empresa, o departamento promove a realização de reuniões de acompanhamento, junto dos gestores dos processos, com vista à revisão de procedimentos internos, normas e práticas implementadas na empresa.

A Empresa possui uma bolsa interna de auditores, que tem como missão a avaliação da conformidade do SIGQS com as Normas NP EN ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007, através da realização de auditorias internas às obras e aos processos internos.

No decurso de 2010, realizaram-se 91 visitas às obras, compreendendo 80 auditorias internas e 11 visitas de carácter formativo. Para avaliação da conformidade do Sistema de Gestão a nível dos processos internos foram realizadas 7 auditorias aos mesmos.

A manutenção integral do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança foi avaliada pela realização de 2 auditorias por equipas Auditoras Externas, sendo a certificação da MRG mantida pela 2ª Auditoria de Acompanhamento da entidade certificadora, a SGS.

Cada uma destas iniciativas, deu origem à elaboração de relatórios, onde são registadas constatações, sendo definidas as acções correctivas e preventivas consideradas convenientes. Todas as acções são devidamente acompanhadas pelos respectivos responsáveis e monitorizadas pelo Departamento interno de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo verificada a implementação e eficácia de cada uma.

Estas iniciativas, para além de constituírem um dos factores de garantia da implementação da Política Integrada da Empresa e dos seus objectivos, são igualmente, encaradas como um factor pedagógico importantíssimo, permitindo sensibilizar todos os intervenientes para a importância do cumprimento das normas, regras, procedimentos, legislação e demais prescrições de segurança e ou qualidade.

Os Índices de sinistralidade relativos ao ano 2010 foram os seguintes:

- Índice de Frequência = 12,3
- Índice de Gravidade = 22,14
- Índice de Incidência = 23,81
- Índice de Duração = 1,8

No que diz respeito aos índices de sinistralidade, resultante de acidentes com colaboradores da MRG, registou-se uma evolução bastante positiva bem patente na redução dos valores atingidos durante o ano de 2010. Esta redução corresponde ao resultado não só das acções de proximidade mas também da envolvimento dos trabalhadores nas questões relacionadas com a prevenção de riscos profissionais.

3.5

RECURSOS HUMANOS

O SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL FOI, SEGURAMENTE, UM DOS MAIS AFECTADOS PELA CRISE DESDE MEADOS DE 2007.

Neste cenário, e num contexto em que o sector da construção tem vindo a enfrentar novos e cada vez mais complexos desafios, que exigem maior capacidade de adaptação e de resposta, a MRG tem conduzido a sua estratégia de Recursos Humanos no sentido de conjugar os interesses e as necessidades da empresa, num cenário adverso no que concerne ao mercado, mas sem deixar de atender, na medida do possível, às expectativas dos Colaboradores em termos de desenvolvimento pessoal e profissional. Para o conseguir, a empresa assentou o seu modelo de gestão de Recursos Humanos numa filosofia orientada para ajustar os perfis de competências dos Colaboradores às exigências profissionais dos projectos.

A necessidade de inovar, a compreensão sobre a vantagem do trabalho em equipa e a decisão de adoptar formas de gestão participativa não podem, seguramente, conduzir a bons resultados se a auto-estima dos Colaboradores não atingir o limiar da satisfação que só uma boa comunicação interna pode proporcionar.

Neste enquadramento, a MRG tem vindo, ao longo dos últimos três anos, a desenvolver um conjunto de acções consideradas essenciais e estratégicas:

- Identificar e gerir o talento;
- Identificar e desenvolver o perfil de Gestor;
- Desenvolver competências que acrescentem valor ao negócio;
- Alinhar a política de remunerações com a gestão de performance;
- Reforçar a cultura e o conhecimento da MRG.

O Projecto “SER MRG”, como base de suporte a estas acções, identifica os valores essenciais que devem ser o foco dos colaboradores:

- Objectivos ambiciosos;
- Pessoas competentes, motivadas e responsáveis;
- Clientes satisfeitos;
- Associação com os parceiros certos;

Durante o ano 2010, procedeu-se ao aprofundamento do Modelo de Avaliação de Desempenho e realizaram-se acções específicas de formação para chefias de 1ª linha ao abrigo de um programa de “COACHING ON JOB TRAINING” e de gestão de tempo para quadros intermédios. Foi, ainda, elaborado um documento sobre o Plano de Carreiras, que contempla, para cada categoria profissional, a progressão e as condições necessárias para essa progressão.

No seguimento do Projecto Estágios Profissionais a MRG proporcionou a realização de oito estágios em áreas de gestão e engenharia. A MRG continua a colaborar com diversas entidades através da realização dos Estágios Curriculares e em Contexto Real de Trabalho, no âmbito dos Cursos Técnico-Profissionais, cujo objectivo é proporcionar o acolhimento e a integração no mercado de trabalho respectivo, com a consequente possibilidade de retenção na Organização.

Caracterização dos Recursos Humanos

O quadro e os gráficos que a seguir se apresentam evidenciam os principais indicadores e permitem concluir que se tratam de Colaboradores qualificados, com uma média etária situada nos 40 anos e uma antiguidade média baixa resultante do crescimento recente.

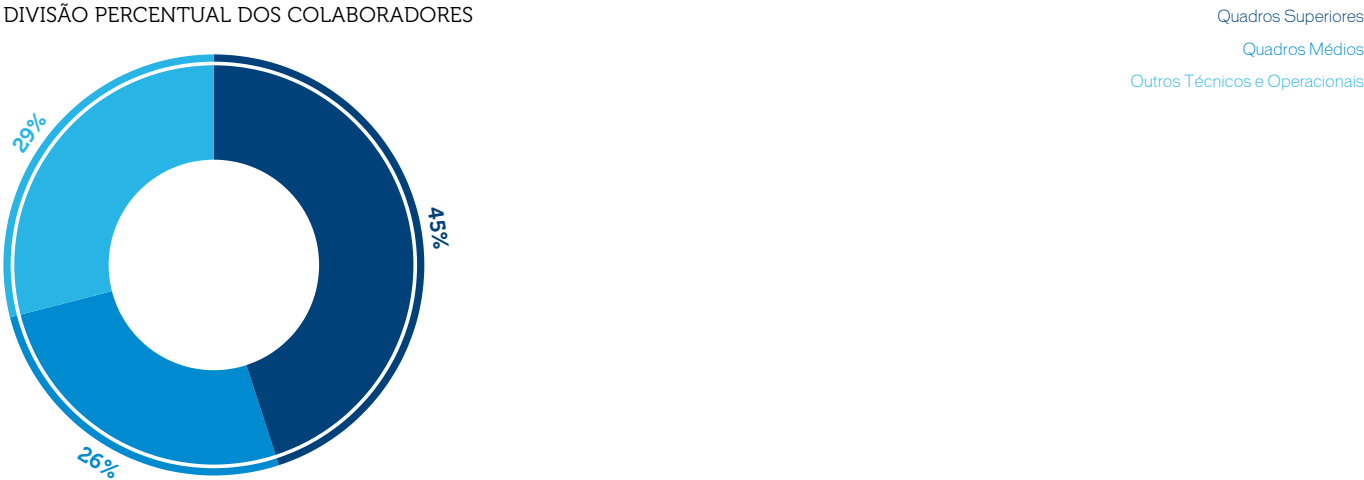
ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE NOVOS COLABORADORES

	Rácios	Valores
	N.º Médio Colaboradores	210
	N.º Efectivos	99
	Nível Etário Médio	40
	Nível Médio Antiguidade	6
	N.º Quadros Superiores	95
	N.º Trabalhadores Estrangeiros	4
	N.º Recrutamentos (Total)	25
1.º Semestre		20
2.º Semestre		5
	N.º de Acções de Formação	25
Internas		23
Externas		2
	N.º Horas Formação	4448
	Grau Satisfação da Formação	94%

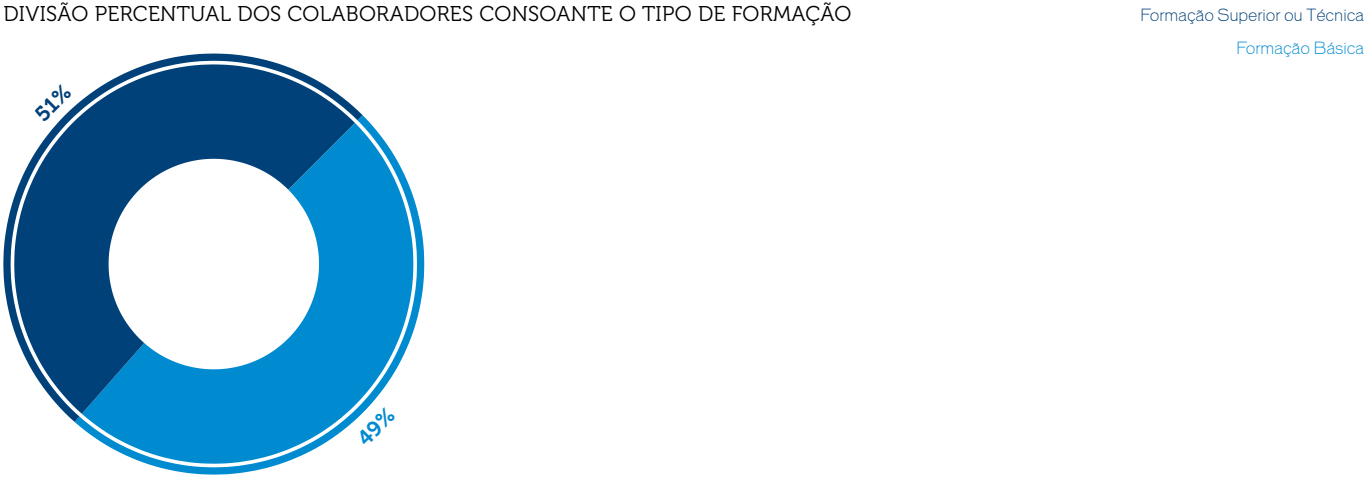
Nº DE COLABORADORES POR ÁREAS PROFISSIONAIS



DIVISÃO PERCENTUAL DOS COLABORADORES



DIVISÃO PERCENTUAL DOS COLABORADORES CONSOANTE O TIPO DE FORMAÇÃO



Escola Secundária Rainha D. Leonor, Lisboa







PERSPECTIVAS FUTURAS

O ENQUADRAMENTO ECONÓMICO É FORTEMENTE CONDICIONADOR DA EVOLUÇÃO SECTORIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS.

No caso específico da MRG, que se encontra fortemente orientada para as obras públicas de média dimensão e de âmbito local e regional, as perspectivas de novas adjudicações estão directamente correlacionadas com o estado das finanças públicas das autarquias locais e da administração central. As obras do sector privado estão, de igual modo, condicionadas pela evolução do PIB

e pelas crescentes dificuldades de financiamento da economia. Não obstante tais limitações, a MRG tem vindo a ampliar a sua carteira de encomendas com obras a realizar em 2011 e 2012, condição indispensável ao crescimento sustentado do volume de negócios.

Numa linha de rumo de sustentabilidade e de fortalecimento da posição competitiva da MRG, torna-se incontornável prosseguir com a estratégia de diversificação de mercados e apostar, a partir de 2011, nos mercados do Brasil e de Angola.



Escola Secundária Eng. Calazans Duarte, Marinha Grande





PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o resultado líquido do exercício de 2010, apurado nas demonstrações financeiras, no valor de € 3.214.281,60 (Três milhões duzentos e catorze mil, duzentos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Para Resultados Transitados - € 3.214.281,60







NOTA FINAL

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do exercício de 2010, o apoiaram na prossecução dos objectivos fixados para a Empresa:

- Aos Colaboradores da Empresa pela dedicação, zelo e profissionalismo;
- Aos Parceiros de negócios pela confiança que ao longo dos anos vêm depositando na MRG;
- Às Instituições Financeiras pelo permanente apoio e confiança, elementos imprecindíveis na concretização dos negócios;
- Aos Accionistas pelo apoio e confiança demonstradas nos diversos momentos da vida da Empresa;
- Ao Revisor Oficial de Contas pela colaboração profissional prestada.







DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVO E CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO (€)

Rubricas	Notas	31-12-2010	31-12-2009
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	3,750,459.59	3,570,173.29
Propriedades de investimento	7	4,351,666.43	96,732.99
Participações financeiras - outros métodos	8	2,401,632.50	2,400,632.50
Outros activos financeiros	8	1,785,741.43	3,152,175.43
Outras contas a receber		267,078.88	-
Activos por impostos diferidos		1,121,273.41	229,550.88
		13,677,852.24	9,449,265.09
Activo Corrente			
Inventários	11	21,078,222.57	24,610,326.77
Clientes	12	22,878,955.70	15,709,135.45
Adiantamentos a fornecedores	13	403,227.79	288,802.31
Estados e outros entes públicos	14	107,003.67	1,951,382.01
Accionistas/sócios	9	495,000.00	1,395,589.04
Outras contas a receber	15	32,272,465.10	18,070,003.42
Diferimentos	16	190,807.57	167,704.20
Activos financeiros detidos para negociação		1,913.51	1,913.51
Caixa e depósitos bancários	4	3,580,773.08	7,397,259.32
		81,008,368.99	69,592,116.03
Total do Activo		94,686,221.23	79,041,381.12
Capital Próprio			
Capital realizado	17	2,500,000.00	2,500,000.00
Acções (quotas) próprias	17	-14,800,000.00	-14,800,000.00
Outros instrumentos de capital próprio	17	9,200,000.00	9,900,000.00
Reservas legais	17	629,618.00	629,618.00
Outras reservas	17	14,800,000.00	14,800,000.00
Resultados transitados		17,974,018.56	14,847,119.18
		30,303,636.56	27,876,737.18
Resultado líquido do período		3,214,281.60	3,126,615.07
Total do Capital Próprio		33,517,918.16	31,003,352.25
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	4,411,476.97	1,022,468.97
Financiamentos obtidos	19	4,084,390.21	2,576,640.55
Passivos por impostos diferidos		2,548,868.15	3,186,085.19
Outras contas a pagar	20	196,000.00	-
		11,240,735.33	6,785,194.71
Passivo corrente			
Fornecedores	21	16,849,459.92	20,420,147.72
Adiantamentos de clientes	22	15,911.65	15,911.65
Estado e outros entes públicos	14	1,896,887.36	1,542,544.11
Financiamentos obtidos	19	11,492,616.07	4,233,322.03
Outras contas a pagar	20	9,882,599.17	11,141,487.26
Diferimentos		9,790,093.57	3,899,421.39
		49,927,567.74	41,252,834.16
Total do Passivo		61,168,303.07	48,038,028.87
Total do Capital Próprio e do Passivo		94,686,221.23	79,041,381.12

RENDIMENTOS E GASTOS				(€)
Rubricas	Notas	31-12-2010	31-12-2009	
Vendas e serviços prestados	23	113,560,038.94	85,567,259.77	
Subsídios à exploração		24,066.96	9,880.90	
Variação nos inventários da produção	24	384,722.87	3,472,980.92	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	-9,243,850.22	-14,030,556.79	
Fornecimentos e serviços externos	26	-85,241,203.73	-59,943,775.56	
Gastos com o pessoal	27	-9,369,263.68	-7,673,961.30	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28	-2,422,864.76	-5,162,886.74	
Provisões (aumentos/reduções)	18	-3,389,008.00	171,805.10	
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)	29	-1,214,812.20	-	
Outros rendimentos e ganhos	30	5,418,406.82	3,539,179.86	
Outros gastos e perdas	31	-2,202,402.45	-753,979.12	
Resultado Antes de Depreciações, Gastos Financiamentos e Outros		6,303,830.55	5,195,947.04	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-664,831.74	-378,394.71	
Resultados Operacional		5,638,998.81	4,817,552.33	
Juros e rendimentos similares obtidos	32	298,588.18	1,866,569.20	
Juros e gastos similares suportados	32	-1,095,421.86	-1,059,793.20	
Resultado Antes de Imposto		4,842,165.13	5,624,328.33	
Imposto sobre o rendimento do período	10	-1,627,883.53	-2,497,713.26	
Resultado Líquido do Exercício		3,214,281.60	3,126,615.07	

FLUXOS DE CAIXA				(€)
	2010	2009		
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	101,511,157.01	77,920,444.34		
Pagamentos a fornecedores	92,614,935.37	71,661,381.57		
Pagamentos ao pessoal	5,999,679.78	5,077,568.93		
Fluxos gerados pelas operações	2,896,541.86	1,181,493.84		
Pagamento de imposto sobre o rendimento	4,224,165.81	3,851,718.11		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(1,461,443.34)	(4,074,780.47)		
Fluxos das Actividades Operacionais (1)	(2,789,067.29)	(6,745,004.74)		
Actividades de Investimento				
Recebimentos de investimentos				
Investimentos financeiros	564,621.80	200,000.00		
Imobilizações corpóreas	102,013.66	55,100.00		
	666,635.46	255,100.00		
Pagamentos de investimentos				
Investimentos financeiros	13,000.00	5,160,100.00		
Imobilizações corpóreas	308,074.12	438,778.19		
	321,074.12	5,598,878.19		
Fluxos das Actividades de Investimento (2)	345,561.34	(5,343,778.19)		
Actividades de Financiamento				
Recebimentos Provenientes de:				
Empréstimos obtidos	116,400,016.08	95,800,652.90		
Juros e Similares	592,016.23	185,241.20		
	116,992,032.31	95,985,894.10		
Pagamentos respeitante a:				
Empréstimos obtidos	115,659,029.22	83,824,228.67		
Amortizações contratos locação financeira	419,239.96	421,891.53		
Juros e custos similares	1,572,716.33	1,334,998.42		
Suprimentos	245,000.00	2,698,723.73		
Aquisição de acções próprias/P. Suplementares	700,000.00	4,900,000.00		
	118,595,985.51	93,179,842.35		
Fluxos das Actividades de Financiamento (3)	(1,603,953.20)	2,806,051.75		
Actividades de Efeito Cambial				
Pagamentos / Recebimentos de Efeito Cambial:				
Recebimentos de Efeito das Diferenças de Cambio	118.45	-		
Fluxos das Actividade de Efeito Cambial (4)	118.45	-		
Variação de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	(4,047,340.70)	(9,282,731.18)		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	7,399,172.83	16,681,904.01		
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3,351,832.13	7,399,172.83		

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009 e 2010

	Capital Próprio						
	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	
Posição no Início do Período 2009 (1)	2.500.000,00				629.618,00		
Alterações no Período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferença de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
(2)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período (3)							
Resultado Extensivo (4=2+3)							
Operações Com Detentores De Capital No Período							
Realização de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
(5)	-	(200.000,00)	9.900.000,00	(14.600.000,00)	-	14.800.000,00	
Posição no Fim do Período 2009 (1+2+3+5)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.900.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00	
Posição no Início do Período 2010 (6)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.900.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00	
Alterações no Período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferença de conversão de demonstrações financeiras							
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
(7)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período (8)							
Resultado Extensivo (9=7+8)							
Operações Com Detentores De Capital No Período							
Realização de capital							
Realizações de prémios de emissão							
Distribuições			(700.000,00)				
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
(10)	-	-	(700.000,00)	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2010 (6+7+8+10)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.200.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00	

Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe							
Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultados líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
13.051.933,69				5.746.832,91	21.928.384,60		21.928.384,60
13.860.902,77				(1.700.272,27)	12.160.630,50		12.160.630,50
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
(3.186.085,19)					(3.186.085,19)		(3.186.085,19)
5.746.832,90				(5.746.832,90)	-		-
16.421.650,48	-	-	-	(7.447.105,17)	8.974.545,31	-	8.974.545,31
				4.826.887,34	4.826.887,34		4.826.887,34
				(2.620.217,83)	13.801.432,65	-	13.801.432,65
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
(14.626.465,00)					(4.726.465,00)		(4.726.465,00)
(14.626.465,00)	-	-	-	-	(4.726.465,00)	-	(4.726.465,00)
14.847.119,17	-	-	-	3.126.615,08	31.003.352,25	-	31.003.352,25
14.847.119,17				3.126.615,08	31.003.352,25		31.003.352,25
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
3.126.899,39				(3.126.615,08)	284,31		284,31
3.126.899,39	-	-	-	(3.126.615,08)	284,31	-	284,31
				3.214.281,60	3.214.281,60		3.214.281,60
				87.666,52	3.214.565,91	-	3.214.565,91
					-		-
					-		-
					-		-
-	-	-	-	-	(700.000,00)	-	(700.000,00)
17.974.018,56	-	-	-	3.214.281,60	33.517.918,16	-	33.517.918,16

7.1

INTRODUÇÃO

A MRG Engenharia e Construção, S.A., com sede social na Zona Industrial da Abrunheira, Lote 9 e 10, Vila Chã, 6270-186 Seia, (MRG ou Empresa), foi constituída em 31-12-1977, tendo como actividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas.

7.2

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.2.1

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) foram adoptadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro devem ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Deve-

dores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

7.2.2

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

7.2.3

Adopção pela primeira vez das NCRF

a) Forma como a transição dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (“PCGA”) anteriores para as NCRF afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Empresa elaborou, aprovou e publicou demonstrações financeiras, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, de acordo com os PCGA anteriores. O balanço em 31 de Dezembro de 2009 e a demonstração dos resultados, das variações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados para efeitos comparativos, foram ajustados de forma a estarem de acordo com as NCRF. Os ajustamentos efectuados com efeitos a 1 de Janeiro de 2009, data da transição, foram efectuados de acordo com as disposições da NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Os efeitos dos ajustamentos relacionados com a adopção das NCRF, reportados a 1 de Janeiro de 2009 foram registados em resultados transitados conforme estabelecido pela NCRF 3.

7.1	7.2	7.3
Introdução	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	Principais Políticas Contabilísticas

b) A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de Dezembro de 2009, apresenta-se como segue:

Rubricas	Em 01-01-2009	Em 31-12-2009
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	21,928,384.60	22,028,806.94
Ajustamentos de transição:		
Aplicação da NCRF (contratos de construção)		13,860,902.77
Impostos Diferidos		-3,186,085.19
Efeito resultado líquido		-1,700,272.27
		8,974,545.31
Capital Próprio de Acordo com as NCRF	21,928,384.60	31,003,352.25

c) A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, de acordo com o POC e de acordo com as NCRF é como segue:

Rubricas	31-12-2009
Resultado líquido de acordo com o anterior referencial contabilístico	4,826,887.34
Ajustamentos de transição:	
Aplicação da NCRF (contratos de construção)	-1,700,272.27
Resultado Líquido de Acordo com as NCRF	3,126,615.07

7.3

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

7.3.1

Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado pelo método das quotas constantes de uma forma consistente de período para período.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Número de Anos
Edifícios e outras construções	40
Equipamento básico	3-8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8

As despesas de manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos são registadas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo reconhecido em resultado do exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

7.3.2

Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados

do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

7.3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem edifícios detidos para obter rendimento e não para uso ou para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades são registadas ao custo de produção, deduzido de depreciações.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respectivos itens de gastos.

7.3.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

7.3.5 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

7.3.6 Imparidades

A data de relato, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

7.3.7 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria colectável. Acresce ainda a derrama estadual à taxa de 2,5% que incide sobre o lucro tributável superior a 2.000.000 euros. Ao valor de colecta de IRC assim apurado acresce ainda Derra-

ma, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

7.3.8 Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

7.3.9 Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registradas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de Clientes e Outros valores a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se essa evidência for objetiva e quantificável, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. Caso ocorra a cessão parcial

ou total do risco de recuperabilidade, é reconhecida a reversão.

7.3.10 Depósitos bancários

O montante incluído na rubrica “Caixa e depósitos bancários” é composto pelos valores de depósitos à ordem. Os descobertos de contas de depósitos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expressos no passivo corrente.

7.3.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data do relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

7.3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

7.3.13 Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

7.3.14 Rédito

O **rédito** é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O **rédito reconhecido** está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

7.3.15 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

7.3.16 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- Registo de ajustamentos aos valores dos activos e provisões

7.4

FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 detalha-se conforme se segue:

	Descrição	2010	2009
	Numerário	-	-
	Depósitos bancários	3,580,773.08	1,853,123.82
	Descobertos bancários	-230,854.46	-
	Outros depósitos bancários	-	5,544,135.50
		3,349,918.62	7,397,259.32

Os montantes relativos a participações financeiras liquidados por meio de caixa e seus equivalentes no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram como segue:

	Montantes Pagos	
	Aquisições/Constituições	13,000.00
		13,000.00
	Montantes Recebidos	
	Alienações	400,000.00
	Outros	164,621.80
		564,621.80

7.5

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

A Empresa adoptou pela primeira vez na preparação das demonstrações financeiras, com referência a 31 de Dezembro de 2010, as NCRF. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, não ocorreram alterações relevantes em estimativas contabilísticas

face às efectuadas no exercício anterior.

Durante o exercício findo de 31 de Dezembro de 2010, não existiram correcções de erros materiais de exercícios anteriores.

7.6

ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada com o detalhe seguinte:

	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	126,065.51	126,065.51
Edifícios e outras construções	2,975,666.41	2,975,666.41
Equipamento básico	3,276,833.98	2,916,865.10
Equipamento de transporte	1,824,456.81	1,557,385.29
Equipamento administrativo	1,411,775.98	1,368,088.93
Outros activos fixos tangíveis	118,555.50	116,037.90
	9,733,354.19	9,060,109.14
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-554,068.09	-382,363.54
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-5,428,826.51	-5,107,572.31
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	-5,982,894.60	-5,489,935.85
Valor líquido contabilístico	3,750,459.59	3,570,173.29

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2010
	Terrenos e recur- sos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	126,065.51	2,975,666.41	2,916,865.10	1,557,385.29	1,368,088.93	116,037.90	9,060,109.14
Aquisições	-	-	444,299.45	290,541.53	51,157.27	2,517.60	788,515.85
Alienações	-	-	57,224.02	23,470.01	7,470.22		88,164.25
Regularizações	-	-	27,106.55	-	-	-	27,106.55
Saldo final	126,065.51	2,975,666.41	3,276,833.98	1,824,456.81	1,411,775.98	118,555.50	9,733,354.19
Amortizações Acumuladas							
Saldo inicial	-	197,445.75	2,640,316.18	1,338,775.81	1,212,562.31	100,835.80	5,489,935.85
Amortizações do exercicio	-	62,243.74	218,422.96	200,785.87	64,338.81	8,276.71	554,068.09
Alienações	-	-	36,724.02	17,602.50	6,782.82	-	61,109.34
Saldo final	-	259,689.49	2,822,015.12	1,521,959.18	1,270,118.30	109,112.51	5,982,894.60
Activos líquidos	126,065.51	2,715,976.92	454,818.86	302,497.63	141,657.68	9,442.99	3,750,459.59

							2009
	Terrenos e recur- sos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos							
Saldo inicial	126,065.51	2,978,166.41	2,812,459.48	1,538,418.83	1,308,404.18	114,202.90	8,877,717.31
Aquisições	-	-	312,386.65	187,852.64	61,444.34	1,835.00	563,518.63
Alienações	-	-	207,981.03	168,886.18	-	-	376,867.21
Regularizações	-	2,500.00	-	-	1,759.59	-	4,259.59
Saldo final	126,065.51	2,975,666.41	2,916,865.10	1,557,385.29	1,368,088.93	116,037.90	9,060,109.14
Amortizações Acumuladas							
Saldo inicial	-	135,252.01	2,762,891.45	1,250,193.97	1,134,541.48	90,248.65	5,373,127.56
Amortizações do exercicio	-	62,243.74	85,405.77	139,330.52	79,256.31	10,587.15	376,823.49
Alienações	-	-	207,981.04	50,748.68	-	-	258,729.72
Regularizações	-	50.00	-	-	1,235.48	-	1,285.48
Saldo final	-	197,445.75	2,640,316.18	1,338,775.81	1,212,562.31	100,835.80	5,489,935.85
Activos líquidos	126,065.51	2,778,220.66	276,548.92	218,609.48	155,526.62	15,202.10	3,570,173.29

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Capital em dívida
31-12-2010				
Edifícios e outras construções	2,789,753.51	-167,385.21	2,622,368.30	2,180,252.40
Equipamento básico	561,010.00	-212,170.07	348,839.93	666,212.90
Equipamento de transporte	496,107.33	-300,042.15	196,065.18	220,230.64
	3,846,870.84	-679,597.43	3,167,273.41	3,066,695.94
31-12-2009				
Edifícios e outras construções	2,789,753.51	-111,590.14	2,678,163.37	2,495,054.01
Equipamento básico	209,500.00	-41,900.00	167,600.00	196,024.52
Equipamento de transporte	391,634.40	-286,432.52	105,201.88	163,252.66
Equipamento administrativo	61,117.10	-61,117.10	-	11,576.09
	3,452,005.01	-501,039.76	2,950,965.25	2,865,907.28

O total futuro dos pagamentos mínimos apresenta-se como se segue:

	31-12-2010	31-12-2009
	Capital em dívida	Capital em dívida
Menos de um ano	381,767.39	289,266.73
Entre um e cinco anos	1,398,825.79	1,084,753.77
Mais de cinco anos	1,286,102.76	1,491,886.78
	3,066,695.94	2,865,907.28

7.7

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são registadas ao custo de produção/aquisição acrescido de dispêndios directamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Parque Estacionamento	4,365,697.09	-
Apartamento	108,081.53	108,081.53
	4,473,778.62	108,081.53
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	-110,763.65	-1,621.22
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-11,348.54	-9,727.32
Perdas por imparidade do período	0.00	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0.00	-
	-122,112.19	-11,348.54
Valor líquido contabilístico	4,351,666.43	96,732.99

Os movimentos na rubrica propriedade de investimento durante o ano 2010 são analisados como segue:

		Adições resultantes de aquisições	Adições resultantes de dispêndio subsequente		Transferências para e de inventários	
	Descrição	Saldo inicial		Depreciações		Saldo final
	Edifícios	96,732.99	-	542,000.00	-110,763.65	4,351,666.43
		96,732.99	-	542,000.00	3,823,697.09	4,351,666.43

7.8

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Participações financeiras			31-12-2010			31-12-2009
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Investimentos em subsidiárias						
Manuel Rodrigues Gouveia - Açores, S.A.	50,000.00	-	50,000.00	50,000.00	-	50,000.00
Quinta Monte Leopoldo Empr.Turísticos e Imob., S.A.	2,000,000.00	-	2,000,000.00	2,000,000.00	-	2,000,000.00
Basepark, S.A.	42,500.00	-	42,500.00	42,500.00	-	42,500.00
	2,092,500.00	-	2,092,500.00	2,092,500.00	-	2,092,500.00
Investimentos em associadas						
Integreb-Engenharia, Construção e Obras Públicas, S.A.	33,332.50	-	33,332.50	33,332.50	-	33,332.50
BR & FC - Business Research & Finantial Consulting, S.A.	-	-	-	24,500.00	-	24,500.00
Campiscinas - Desenv. e Implementação Piscinas, S.A.	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Mafreduca, S.A.	37,000.00	-	37,000.00	37,000.00	-	37,000.00
Paceteg, S.A.	37,000.00	-	37,000.00	37,000.00	-	37,000.00
Cister - Equipamentos Educativos, S.A.	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Armamar Viva, S.A.	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Pro-Vila Verde, S.A.	37,000.00	-	37,000.00	37,000.00	-	37,000.00
Odivelas Viva-Construção e Manutenção de Equipamentos,S.A.	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Oeiras Primus,S.A	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Oeiras Expo, S.A.	25,500.00	-	25,500.00	-	-	-
Gouveinova, S.A.	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Côa Camping, S.A.	18,500.00	-	18,500.00	18,500.00	-	18,500.00
Gaventur - Gouveia Aventura e Turismo, S.A.	9,800.00	-	9,800.00	9,800.00	-	9,800.00
	309,132.50	-	309,132.50	308,132.50	-	308,132.50
Investimentos noutras empresas						
Beiragás	134,675.43	-	134,675.43	134,675.43	-	134,675.43
PLIE Guarda - Gest Adm Plat Log Ini Empr Guarda,SA	2,500.00	-	2,500.00	2,500.00	-	2,500.00
SPGM - Sociedade de Investimento, SA	5,000.00	-	5,000.00	5,000.00	-	5,000.00
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.	13,000.00	-	13,000.00	-	-	-
AEIC - Associação p/ Empreendedorismo e Inovação do Centro	10,000.00	-	10,000.00	10,000.00	-	10,000.00
Banco Privado Português	2,835,378.20	-1,214,812.20	1,620,566.00	3,000,000.00	-	3,000,000.00
	3,000,553.63	-1,214,812.20	1,785,741.43	3,152,175.43	-	3,152,175.43
	5,402,186.13	-1,214,812.20	4,187,373.93	5,552,807.93	-	5,552,807.93

7.12

CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	19,396,312.87	12,905,749.19
Empresas associadas	3,482,642.83	2,497,251.19
Clientes cobrança duvidosa	8,474,542.48	8,318,948.80
	31,353,498.18	23,721,949.18
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	-2,421,614.21	-5,907,596.20
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-6,052,928.27	-2,105,217.53
	-8,474,542.48	-8,012,813.73
Valor líquido contabilístico	22,878,955.70	15,709,135.45

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes cobrança duvidosa	8,012,813.73	2,421,614.21	1,959,885.46	8,474,542.48
	8,012,813.73	2,421,614.21	1,959,885.46	8,474,542.48

A antiguidade dos saldos de Clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Clientes gerais	11,468,091.98	3,839,652.01	2,336,366.10	1,752,202.78
Clientes empresas associadas	2,293,801.50			1,188,841.33
Clientes cobrança duvidosa	2,421,614.21		3,197,837.68	2,855,090.59
	16,183,507.69	3,839,652.01	5,534,203.78	5,796,134.70

7.13

ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

A rubrica de adiantamentos a Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Adiantamento por conta de compras	250,365.29	102,939.81
Adiantamentos a Fornecedores	152,862.50	185,862.50
	403,227.79	288,802.31
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-	-
Imparidades de períodos anteriores	-	-
	-	-
Valor líquido contabilístico	403,227.79	288,802.31

7.14

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
IVA a recuperar	106,908.04	451,382.01
IVA reembolsos pedidos	-	1,500,000.00
Outros impostos	95.63	-
	107,003.67	1,951,382.01
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	1,002,015.54	671,127.95
Retenções de imposto sobre o rendimento	195,950.25	147,588.77
IVA a liquidar no pagamento	368,296.74	433,914.31
Outros impostos	-	845.00
Contribuições para a Segurança Social	291,358.41	247,688.44
Tributos das autarquias locais	20,018.58	22,131.80
Outras tributações	19,247.84	19,247.84
	1,896,887.36	1,542,544.11

7.15

OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Valor Bruto:		
Devedores por acrescimos rendimentos	27,650,858.29	11,912,764.91
Outros devedores	5,377,897.47	6,067,950.01
Pessoal	37,285.76	45,220.09
Saldos devedores fornecedores	21,970.55	44,068.41
	33,088,012.07	18,070,003.42
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-815,546.97	-
Imparidade de períodos anteriores	-	-
	-815,546.97	-
Valor líquido contabilístico	32,272,465.10	18,070,003.42

7.16

DIFERIMENTOS

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Activo		
Gastos a reconhecer		
Custos financeiros	4,976.60	5,642.90
Seguros	101,713.59	81,357.10
FSE	12,653.04	8,216.85
Outros	71,464.34	72,487.30
	190,807.57	167,704.15
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
% Acabamento obras	9,790,093.57	3,899,421.39
	9,790,093.57	3,899,421.39

7.17

INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital Social

O capital social de 2.500.000 euros, representado por 500.000 acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010.

Acções Próprias

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nas acções próprias foi como segue:

Descrição	Quantidade	Valor
Saldo inicial em 01-01-2009		
Aquisições 2009	40,000	14,800,000.00
Saldo final em 31-12-2009	190,807.57	167,704.15
Aquisições 2010		
Saldo final em 31-12-2010	40,000	14,800,000.00

Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica respeita a prestações acessórias concedidas pelos accionistas em 2009, no valor de 9.900.000 euros. A 31 de Dezembro de 2010 apresenta um saldo de 9.200.000 euros.

Reservas Legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período, a reserva não foi reforçada visto a mesma já representar o limite legal.

Outras Reservas

Para dar cumprimento ao estipulado na alínea b) do nº1 do artº. 324 do Código das Sociedades Comerciais, a empresa constituiu em 2009 uma reserva indisponível no valor de 14.800.000 euros, tendo sido este o valor de aquisição das 40.000 acções representativas de 8% do Capital Social.

Resultados Transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior no montante de 3.126.615,07 euros.

7.18

PROVISÕES

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a Clientes	-	2,295,721.58	-	2,295,721.58
Processos judiciais em curso	104,265.48	528,729.66	12,500.00	620,495.14
Outras	918,203.49	721,846.31	144,789.55	1,495,260.25
	1,022,468.97	3,546,297.55	157,289.55	4,411,476.97

7.19

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1,399,461.66	-
Locações financeiras	2,684,928.55	2,576,640.55
	4,084,390.21	2,576,640.55
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	7,538,948.50	-
Descobertos bancários	230,854.46	-
Locações financeiras	381,767.39	289,266.73
Factoring	3,341,045.72	3,944,055.30
	11,492,616.07	4,233,322.03

7	7.20
Demonstrações Financeiras	Outras Contas a Pagar

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade é a seguinte:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	7,538,948.50	-
De 1 a 5 anos	1,299,461.66	-
A mais de 5 anos	100,000.00	-
Descobertos bancários	230,854.46	-
Locações financeiras		
Até 1 ano	381,767.39	289,266.73
De 1 a 5 anos	1,398,825.79	1,084,753.77
A mais de 5 anos	1,286,102.76	1,491,886.78
Factoring	3,341,045.72	3,944,055.30
	15,577,006.28	6,809,962.58

7.20

OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de Outras Contas a Pagar é analisada conforme quadro abaixo:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Não corrente		
Outros credores	196,000.00	
	196,000.00	0.00
Corrente		
Fornecedores de investimentos	8,745.54	79,283.77
Credores por acréscimos de gastos	3,458,701.33	3,731,379.36
Adiantamento por conta de vendas	299,527.96	2,883,385.12
Saldos credores Clientes	175,873.46	383,494.55
Credores por subscrições não liberadas	9,850.00	9,850.00
Outros credores	5,922,957.80	4,044,248.30
Pessoal	6,943.08	9,846.16
	9,882,599.17	11,141,487.26
	10,078,599.17	11,141,487.26

7.21

FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Fornecedores c/c		
Gerais	16,846,668.25	20,411,972.12
Facturas em recepção e conferência	2,791.67	8,175.60
	16,849,459.92	20,420,147.72

7.21	7.22	7.23	7.24
Fornecedores	Adiantamento de Clientes	Rédito	Variação nos Inventários da Produção

7.22

ADIANTAMENTO DE CLIENTES

A rubrica de Adiantamento de Clientes é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Adiantamento de Clientes	15,911.65	15,911.65
	15,911.65	15,911.65

7.23

RÉDITO

O rédito reconhecido pela empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2010	2009
Vendas	114,917.80	207,293.00
Prestação de Serviços	113,445,121.14	85,359,966.77
	113,560,038.94	85,567,259.77

7.24

VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	1,925,801.48	2,029,329.49
Produtos e trabalhos em curso	5,111,778.59	1,535,269.66
Regularizações		
Inventários	-3,823,697.09	-
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	1,861,136.65	1,925,801.48
Produtos e trabalhos em curso	1,737,469.20	5,111,778.59
	384,722.87	3,472,980.92

7.25

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E AS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2010	2009
Mercadorias	97,629.98	263,148.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9,146,220.24	13,767,408.79
	9,243,850.22	14,030,556.79

7.26

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2010	2009
Subcontratos	75,603,403.69	51,201,768.21
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	5,224,823.23	4,693,824.53
Publicidade e propaganda	178,948.68	97,834.32
Vigilância e segurança	208,502.46	26,670.02
Honorários	156,849.28	311,757.65
Conservação e reparação	161,134.30	134,208.13
Serviços Financeiros	349,359.25	418,200.98
Outros	295,275.59	259,270.62
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	126,546.04	163,615.61
Livros e documentação técnica	54,760.31	86,764.38
Material de escritório	43,890.29	70,725.37
Artigos para oferta	6,594.51	3,555.76
Energia e fluidos:		
Electricidade	140,654.73	89,908.60
Combustíveis	535,667.27	443,340.08
Água	46,697.58	50,896.71
Outros	15.30	16.85
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	627,021.70	522,096.02
Transportes de mercadorias	158,782.24	48,870.11
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	847,856.96	778,857.66
Comunicação	161,235.67	166,281.18
Seguros	156,632.81	219,010.34
Contencioso e notariado	111,246.61	98,734.80
Despesas de representação	21,612.87	30,380.48
Limpeza, higiene e conforto	23,692.36	27,187.15
	85,241,203.73	59,943,775.56

7.25	7.26	7.27	7.28
Custo das Mercadorias Vendidas e as Matérias Consumidas	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o Pessoal	Imparidade de Dívidas a Receber

7.27

GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	192,190.24	25,868.00
Remunerações do pessoal	6,572,530.14	5,533,688.96
Ajudas de custo	281,224.07	318,399.36
Indemnizações	176,470.00	98,672.17
Abono para falhas	920.00	888.00
Encargos sobre remunerações	1,524,549.97	1,257,873.08
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	124,369.31	97,540.34
Outros gastos com o pessoal	497,009.95	341,031.39
	9,369,263.68	7,673,961.30

Número médio de pessoal

O número médio de pessoal ao serviço da Empresa durante o exercício de 2010 foi de 210.

7.28

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Perdas		
Cientes	2,421,614.21	5,907,596.20
Outros devedores	815,546.97	-
Sócios/Accionistas	1,145,589.04	-
Reversões		
Cientes	1,959,885.46	744,709.46
	2,422,864.76	5,162,886.74

7.29

IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
Perdas		
Investimentos financeiros	1,214,812.20	-
Reversões		
	1,214,812.20	-

7.30

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

Descrição	2010	2009
Rendimentos suplementares	4,944,499.42	2,071,769.94
Ganhos em inventários	-	1,150.00
Rendimentos e ganhos em investimentos	156,469.01	161,210.42
Rendimentos e ganhos investimentos financeiros	36,750.00	400,000.00
Indemnizações	3,477.59	851,094.40
Outros	277,210.80	53,955.10
	5,418,406.82	3,539,179.86

7.31

OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de “Outros Gastos e Perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é conforme se segue:

Descrição	2010	2009
Impostos	411,769.67	343,821.41
Dívidas incobráveis	1,758,107.20	3,738.15
Perdas em inventários	500.00	3,308.64
Outros	32,025.58	403,110.92
	2,202,402.45	753,979.12

7.32

JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2010	2009
Juros suportados		
Financiamentos bancários	145,148.24	185,126.53
Factoring	379,221.26	403,306.57
Locações Financeiras	38,844.38	75,274.25
Perdas em instrumentos de cobertura	532,150.00	395,850.02
Outros juros	57.98	235.83
	1,095,421.86	1,059,793.20

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2010	2009
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	53,228.73	185,657.54
Juros de mora	245,359.45	1,680,911.66
	298,588.18	1,866,569.20

7.33

DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

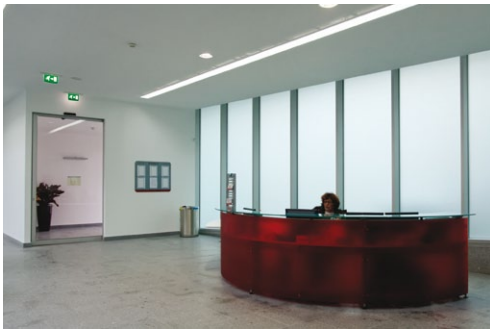
Honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais facturados no exerício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 pelo Revisor Oficial de Contas relacionadas com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a € 18.000 em cada ano.

Segurança Social

Nos termos do nº 1 do Artº21 do Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, informamos não ser a Empresa devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social.





RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES E DO FISCAL ÚNICO



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Braz
SROC n.º 65



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MRG – Engenharia e Construção, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2010, que evidencia um total de 94.686.221,23 euros e um total de capital próprio de 33.517.918,16 euros, incluindo um resultado líquido de 3.214.281,60 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

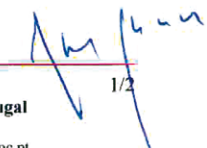
2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

LCA – Leal, Carreira & Associados SROC

Leiria: R. Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2.º – Porta C – Apartado 2913 – 2401-902 Leiria – Portugal
NIF 502 237 953 – Tel. 244 816 090 – Fax 244 816 099 – E-mail: geral@lca-sroc.pt
Coimbra: Rua Augusto Marques Bom, 21 – 3030-218 Coimbra – Tel. 239 708 650 – Fax 239 708 659 – E-mail: coimbra@lca-sroc.pt


1/2



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Braz
SROC n.º 65



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **MRG – Engenharia e Construção, S.A.**, em 31 de dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 17 de maio de 2011

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Braz
SROC n.º 65



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Em cumprimento das normas legais em vigor, apresentamos o relatório anual sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração da **MRG – Engenharia e Construção, S.A.**
2. No desempenho das nossas funções acompanhámos durante o exercício em apreço e com a regularidade e extensão consideradas necessárias, a atividade desenvolvida pela Empresa e procedemos à análise do registo contabilístico das suas transações e documentação de suporte, entre outros procedimentos que entendemos adequados tendo presente as normas relativas à fiscalização das sociedades e revisão legal das suas contas.
3. No seguimento dos trabalhos desenvolvidos é nossa convicção que o relatório de gestão e as demonstrações financeiras explanam com clareza e suficiência a evolução da atividade da Empresa, os resultados do exercício e a posição financeira, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Neste sentido, procedemos à emissão da certificação legal das contas, na modalidade sem reservas, a qual passa a fazer parte integrante deste relatório.
4. Em nosso entendimento o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação dos resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, reúnem as condições para a sua aprovação.
5. Concluimos com o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e Serviços da Empresa pelas informações e esclarecimentos prestados, contribuindo desta forma para o desempenho das nossas funções.

Leiria, 17 de maio de 2011

LCA, SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614





Seia

Parque industrial da abrunheira

Lotes 9 e 10, Vila Chã, Apartado 47

6270-186 Seia, Portugal

Tel: (+351) 238 310 900

Fax: (+351) 238 314 012

Coimbra

Urbanização Alto do Sol, Lote 4,

Alto da Relvinha, Pedrulha, Apartado 8045

3025-028 Coimbra, Portugal

Tel: (+351) 239 863 200

Fax: (+351) 239 840 085

Lisboa

Edificio Central Office

Av. D. João II, Lote 1.17.03, 7º A

1990-084 Lisboa, Portugal

Tel: (+351) 217 826 430

Fax: (+351) 217 819 210

Edição e Propriedade

MRG - Engenharia e Construção, S.A.

Design, Produção e Fotografia

Duplo Network

Exemplares

1000

Ano de Edição

2011